



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento

OFÍCIO SEI Nº 186333/2022/ME

Brasília, 27 de junho de 2022.

Ao Senhor
Morgan Doyle
Representante no Brasil do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID
Setor de Embaixadas Norte Quadra 802, Conjunto F, Lote 39 - Asa Norte
70800-400 - Brasília/DF
bidbrasil@iadb.org

Assunto: Pedido de cooperação técnica não reembolsável em Política Fiscal para Mudanças Climáticas.

Referência: Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o Processo nº 19953.100543/2022-17.

Prezado Senhor,

1. Fomos informados de que em novembro de 2021, em Glasgow, no âmbito da COP26, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha lançaram o Fundo para a Promoção da Política Fiscal para Mudanças Climáticas na América Latina e Caribe, que visa apoiar os países da região para aumentar a transparência, eficácia e eficiência da política fiscal relacionada à mudança do clima.

2. Temos o prazer de solicitar, em nome da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, como ponto focal no Ministério da Economia, uma cooperação técnica não reembolsável do referido Fundo para melhorar a tomada de decisões e apoiar o desenho e implementação de políticas fiscais que facilitem o alcance de nossa Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) no âmbito do Acordo de Paris.

3. Nos últimos anos, o Ministério registrou avanços importantes em ações de política fiscal que contribuem para enfrentar os riscos decorrentes das mudanças climáticas, bem como para aproveitar as oportunidades geradas pelo processo de transição para economias resilientes ao clima e de baixo carbono. Em particular, destacam-se como principais avanços:

- Publicação anual do Relatório de Riscos Fiscais da União, incluindo seção específica sobre riscos fiscais associados a desastres, bem como a especificação de um programa orçamentário voltado para ações de prevenção e controle, bem como ações de resposta aos desastres (Programa 2218 – Gestão de Riscos e de Desastres).

- Concessão de benefícios fiscais para captação de recursos, por meio da emissão de debêntures, para financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais ou sociais relevantes (Decreto nº 10.387, de 5 de junho de 2020).

4. Considerando esses avanços e os importantes desafios à frente, o Ministério pré-identificou uma série de necessidades de suporte técnico e conhecimento, listados a seguir:

- a) Planejamento fiscal estratégico para mudanças climáticas
- b) Riscos fiscais associados às mudanças climáticas
- c) Identificação, monitoramento e avaliação dos gastos públicos com mudanças climáticas
- d) Investimento público resiliente e de baixo carbono
- e) Revisão dos subsídios aos combustíveis fósseis, impostos sobre o carbono e outros incentivos
- f) Aspectos de governança

5. Com o apoio da cooperação técnica solicitada e com base neste diagnóstico inicial, o Ministério compromete-se a:

- i) elaborar e implementar um plano de ação;
- ii) assegurar a sustentabilidade dos instrumentos de gestão e instrumentos de política desenvolvidos, adotados ou implementados com o apoio do Fundo;
- iii) participar ativamente do intercâmbio de melhores práticas com os demais países participantes do Fundo; e
- iv) monitorar o progresso nessas questões.

6. Finalmente, registro que o Ministério conduzirá, a todo momento, a execução do plano de ação, porém, solicita-se o apoio do BID para atuar como entidade responsável pela execução da cooperação técnica.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento



Documento assinado eletronicamente por **Esteves Pedro Colnago Junior, Secretário(a) Especial do Tesouro e Orçamento**, em 27/06/2022, às 20:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **25937160** e o código CRC **075AEDDB**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 6º andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa
CEP 70048-900 - Brasília/DF
(61) 3412-2202 - e-mail protocolo.seto@economia.gov.br - gov.br/economia